

Maciel garante que o Plenário manterá direta

Recife — O senador Marco Maciel, presidente nacional do PFL, disse ontem que a decisão tomada pela Comissão de Sistematização de realizar eleições diretas para presidente em 1988 deverá ser ratificada pelo plenário da Constituinte. E, como acredita na adoção do regime presidencialista, ele descartou a hipótese de termos eleições gerais, "que só se justificaria se passasse a tese do parlamentarismo".

Mesmo afirmando que o regime parlamentarista "já está derrotado", o presidente do PFL afirmou que se conscientizar de que foi eleito pelo povo para representá-lo no Congresso e não para governar.

— Digo isso com autoridade, pois sou senador da República eleito pelo voto

direto apenas para legislar. Se por acaso vier o parlamentarismo, hipótese que considero bastante remota, temos que ter eleições gerais e renovar o Congresso, e sim, com direito de administrar o País. Isto seria um imperativo de consciência, para não dizer um imperativo ético — enfatizou Maciel.

Marco Maciel criticou mais uma vez Arraes, especialmente no que se refere a ação do governador no combate à seca no sertão pernambucano. Ele reafirmou:

— O problema da seca não é para ser tratado com critérios políticos ou partidários. Li nos jornais várias críticas que vêm sendo feitas e garanto que isso nunca houve antes em Pernambuco — disse Marco Maciel.



José Fogaça, José Serra, Egídio Ferreira e Covas discutiram as propostas do partido na casa de Ulysses

Ulysses reúne cúpula do PMDB e pede apoio

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, reuniu ontem de manhã, em sua casa, o líder e os vice-líderes do partido na Assembleia Nacional Constituinte, para analisar as emendas do partido ao projeto de Constituição, como forma de combater as pressões do Centrão, que pretende levar para a direita o projeto elaborado na Comissão de Sistematização.

O encontro foi resultado de uma reunião promovida por Ulysses no início da semana, quando pediu a vários constituintes peemedebistas que se debruçassem sobre os pontos polêmicos do projeto, de forma a levar, para o plenário, uma posição unificada do partido.

Entre progressistas e conservadores.

No final da tarde de ontem, o deputado Ulysses Guimarães recebeu a visita do deputado José Serra, que foi lhe entregar "umas emendas minhas para ele analisar". Serra deixou a casa do presidente do PMDB falando da preocupação de Ulysses com os constantes atrasos na Constituinte.

Tentou, com isso, impedir a reunião dos históricos, mas não conseguiu. A reunião se realizou e, nela, se decidiu a marcação de um grande encontro no dia nove de janeiro, quando deverá ser pedida, inclusive, a convocação extraordinária da Convenção Nacional do partido, no sentido de que o PMDB se defina en-

Centrão não vai mais discutir emendas

Apesar de ter convocado todo o grupo para o dia 4 de janeiro, o Centrão não pretende, mais fazer as reuniões preliminares que patrocinava antes de começar a votação em plenário do projeto de mudança do Regimento Interno. É que com a tribuna aberta e os temas livres, os coordenadores do grupo chegaram à conclusão de que isso antes de ajudar a unidade contribui para ameaçá-la. Os debates sobre os temas das emendas em comum serão feitos com menos participantes, mas de forma a assegurar a palavra a todos os 309 integrantes do grupo.

Allás, o número de centristas começou a variar nas listagens dos coordenadores desde meados desta semana. Enquanto Daso Coimbra fala em 319, porque computou todos os que votaram alguma vez com o Centrão, o secretário-executivo, Basílio Vilani, preferiu usar a cautela e só contou aqueles que, nas três votações realizadas,

capaz de esvaziar o grupo e mesmo diante da possibilidade disto se confirmar, ele acha que o pessoal iria se aglutinar no Centrão, movimento que só tomará porte a partir de janeiro, mas que considera uma filial do Centrão. Na sua opinião, a expressiva maioria dos temas polêmicos acabará sendo aprovada por consenso, na medida em que houver entendimento entre os grupos.

Apesar de existir uma movimentação em torno da possibilidade de usar a maioria centrista para mudar a duração do mandato presidencial e o sistema de governo, os coordenadores do Centrão insistem em afirmar que, se tentarem este caminho, fatalmente haverá a desagregação do grupo.

Quanto ao problema de imagens, os coordenadores vão investir na recuperação nos próximos dias, mesmo com o esvaziamento provocado pelas festas natalinas.



Ibsen Pinheiro
Ibsen condena idéia de racha

Ameaça de pressões não assusta

CATARINA GUERRA
Da Editoria de Política

Os ecos da gritaria de revolta que agitou as galerias do plenário da Constituinte ainda não chegaram aos gabinetes dos membros do Centrão. Os centristas, pelo menos, garantem que, de seus eleitores, só têm recebido aplausos e apoio. "Se está havendo pressão contrária, eu sou exceção à regra. Até agora só recebi, de diversas entidades classistas de Brasília, telegramas e telefonemas me parabenizando e me incentivando a continuar nesta posição", afirma a deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF).

Márcia cita como exemplo de entidades que a cumprimentaram a Associação dos Construtores Cíveis de Brasília e "várias" associações comerciais. "Acho que o povo de Brasília, que é uma população que já provou ser bastante politizada, compreendeu e se solidarizou com nossa posição", teoriza Márcia.

Na verdade, o silêncio dos setores que estavam bem representados nas galerias no dia de protesto — entidades sindicais, eleitores da esquerda — reflete antes sua falta de organização e estrutura para este tipo de pressão que uma "compreensão e solidariedade" generalizadas da população, como pretende a deputada por Brasília.

E estrutura e organização não faltaram ao Centrão. O deputado Alcei Guerra (PFL-PR), que ao contrário da maioria dos membros de sua bancada votou contra o projeto do grupo, conta que a pressão recebida antes da votação foi "violenta, emotiva e irracional".

Alcei resistiu, mas depois das primeiras votações não recebeu sequer

um telegrama ou telefonema de apoio de sindicatos ou eleitores. Os empresários, contudo, "marcaram" muito bem o voto de Alcei e ele afirma que foi alvo do "profundo desagrado" dos setores que apoiam o Centrão.

O deputado pefelista ficou impressionado com a perfeição da estrutura montada pelo grupo para pressionar.

"Foi a maior pressão que recebi na minha vida, maior até que para o voto no Colégio Eleitoral. Me pressionaram de manhã, de tarde e de noite. Descobrimos até quem eram os empresários mais amigos meus e foram estes que vieram pedir meu voto. Porque receber pressão de quem você não é amigo, nem conhece, não faz tanta diferença. Mas dos amigos dói, faz você sentir que está perdendo um apoio político importante", confessa Alcei.

A represália da esquerda não passou até agora do barulho das galerias e das ameaças feitas pelo presidente da CUT, Jair Meneghell, de denunciar e pichar os muros das casas dos centristas. Um dos líderes do Centrão, deputado Gastone Righi (PTB-SP), diz que ficou sabendo de um único caso de pressão contra os centristas.

Segundo Gastone, o presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Recife teria ameaçado vários constituintes pernambucanos do Centrão de denunciá-los nas igrejas. Gastone, no entanto, afirma não estar nem um pouco intimidado pela ameaça.

— Se ele visse me dizer isso, eu a responder que teria o maior prazer em ver meu nome divulgado como membro do Centrão. Eu só não admito que digam

Faltam peemedebistas para CPI funcionar

Faltam 33 dias para ocorrer um fato inédito na história do Parlamento: uma Comissão Parlamentar de Inquérito deixar de ser constituída porque a liderança do partido do governo, no caso o PMDB, não indica seus representantes apesar das insistentes cobranças da Secretaria Geral da Mesa do Senado.

A CPI, destinada a investigar acusações de irregularidades na liberação de recursos públicos, especialmente na Secretaria do Planejamento, foi proposta pelo senador José Ignácio (ES), 1º vice-presidente do Senado, que já tratou do assunto com a liderança de seu partido, o PMDB.

Assim que os jornais noticiaram irregularidades na liberação dos recursos, publicando denúncias con-

tra parentes do ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, que pertence ao PMDB, o senador José Ignácio apresentou o requerimento para constituir a CPI, apoiado por 23 senadores. A proposta foi aprovada em 15 de outubro último, publicada a 17, quando começou a contar o prazo de 90 dias para sua conclusão.

Os outros partidos — PFL e os menores — indicaram seus representantes de imediato. O PMDB, sem os quais não pode ser instalada a CPI, simplesmente desconheceu, até o momento, a resolução do plenário do Senado. A explicação é de que a liderança do partido está com dificuldades burocráticas, mas há quem, extra-oficialmente, atribua a demora à influência do ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira.

Constituição e conciliação

JOSAPHAT MARINHO

No primeiro desses artigos sobre problemas da Constituinte, salientamos, entre aspectos gerais, a necessidade de conciliação das forças políticas para um trabalho comum e proveitoso. Acentuamos, então, que nas assembleias democráticas é imperioso transigir, sem renunciar aos princípios essenciais. E assinalamos que a coordenação no combate é de relativa facilidade, porque a luta desperta a resistência comum. A coordenação para pacificar requer argúcia, tolerância, capacidade de vencer a indiferença de uns, a desconfiança de outros, a intransigência de muitos. Notoriamente houve um processo de radicalização na Assembleia Constituinte, que desaguou na formação de grupos e agora na revisão das normas regimentais.

Não há que pesquisar responsabilidades, pelo menos nesta hora. Nem de partidos, nem de grupos, ou de líderes. Certo é que, decorridos longos meses de instalação e funcionamento da Assembleia Constituinte, recrudesceram as divergências. Não há entendimento sobre a forma de governo. Lavra o conflito sobre a ordem econômica e social. O conceito de empresa nacional continua polêmico. E manifesto o contraste de opiniões a respeito da presença do capital estrangeiro na economia do País. Persiste a controvérsia a propósito da disciplina da reforma agrária. Pontos relevantes pertinentes aos direitos do trabalhador não foram ainda traduzidos em fórmula de consenso, como o relativo à garantia do emprego. Há desacordo, portanto, sobre questões constitucionais básicas.

Seria ingênuo imaginar que a Constituição em preparo resultasse, em todo seu contexto, produto de comunhão de idéias. Nem haveria conveniência nessa universal identidade de pensamento. Como documento destinado a regular a vida de um país com extensas diferenciações regionais, econômicas e sócio-culturais, é natural que retrate a variedade de situações e necessidades. Nem há, mesmo, hoje sobretudo, constituições de absoluta uniformidade de concepções e diretrizes. A sociedade plural, e representada por partidos diversificados, não pode ser reduzida a um texto de linhas rigorosamente iguais. Toda a lei deforma a realidade. Nem por isso se há de consentir em deturpação excessiva. Como definiu Rui Barbosa, a Constituição deve ser "a miniatura da fisionomia política da nacionalidade". Mas uma redução política n-ao re-

quer estrangulamento. Pe-de delimitação de contornos, de modo que a preocupação de harmonia não esconda nem busque eliminar desigualdades naturais, embora reprima as determinantes de injustiças.

A Constituição brasileira em elaboração, até por ser expressiva de tensa transição política, não se corporificará, seguramente, numa costureira de pureza irrepreensível. Também não haverá de exprimir-se em normas contraditórias, ou próprias de lei ordinária. N-ao podendo ser, por sua natureza, "virginalmente pura", há de evitar o contra-senso gritante. Delimitando a unidade na diversidade, refletirá as singularidades do País e as variações do pensamento democrático, livremente enunciado. Entre os extremos dos espíritos progressistas e dos conservadores, a linha média é que convirá à Nação, porque atende a todos os anseios da sociedade, de conteúdo os excessos. Assim procederam os convencionais americanos no século XVIII e os constituintes espanhóis em nossos dias. Quando o espírito de moderação n-ao prevalece, a Constituição é sempre sujeita à reforma em prazo curto, como ocorreu com a atual Carta portuguesa.

Os Constituintes brasileiros de 1891, de 1934 e 1946, também eleitos em fases de transição e divididos por idéias e ressentimentos, encontraram o caminho da confluência nas coordenadas maiores do trabalho criador. As gerações em confronto em 1987 h-ao de relembrar esses precedentes, e com dever dobrado diante da multiplicação dos problemas presentes. O aumento da população, o desenvolvimento cultural, a crise econômico-financeira e a crescente inquietação social aconselham moderação na defesa de teses, para que a exaltação dos debates não perturbe a clareza e a objetividade das soluções reclamadas. A Constituição não deve ser compêndio de teorias rígidas, porém sùmula de idéias e princípios lógicos, ajustados à realidade geral.

Esse ajustamento só se processará corretamente na medida em que os constituintes, sem acomodações condenáveis, sobre-retransigir para construir as instituições nacionais. Estas n-ao podem resumir projetos e convicções individuais, por mais brilhantes que sejam. As instituições nacionais só se revelarão aptas a sobreviver com eficácia, a serviço do povo, se refletirem a tolerância democrática, expressa num texto constitucional de renovação com equilíbrio.

AriCunha

VISTO, LIDO E OUVIDO

Pobreza e morte na luta pela vida

Os jornais não noticiaram, mas no dia do assalto ao Banco de Fortaleza, no Ceará, o comércio fechou suas portas, temendo saques e roubos.

A notícia não pára aí. A utópia feita em um dos assaltantes destacava terem sido encontrados no seu estômago, "resíduos de farinha de mandioca".

Isto que dizer, que o pouco que ele havia comido era farinha, dando uma mostra da extrema miséria.

A polícia do Ceará não parou aí. Está investigando mais. Os dois irmãos eram pessoas benéficas onde moravam, conviviam com a família, não eram marginais, nem tinham dinheiro para comprar revólveres nem bananas de dinamite. Entendem os policiais mais experimentados que eles foram orientados por alguém que queria a divisão do dinheiro conseguido no assalto.

E fácil se explicar o que está acontecendo. Com tanta miséria no País, com o povo ganhando tão pouco, com os esbanjamentos sendo comentados todos os dias pelas colunas sociais, o povo se sente no direito de fazer a sua justiça, sem acreditar em punição, porque não vê ninguém ser punido ao longo de tanto tempo.

LIVRO — O jornalista Alessandro Porro e o restauranteur Paulo Brocá lançaram um livro com o título de "Sem receitas contra a ressaca", mas transmitem a experiência de muitos entendidos sobre o assunto. No que diz respeito ao José Fernandes, do "Le bec fin", há uma receita que é o resultado de longa experiência em conviver com quem precisa do assunto. Vale a pena conhecer os detalhes dessa sopa, que explicada no papel já parece divina.

FOLHINHA — O Natal, este ano, está fraco de folhinhas, mas vale o destaque para a que estamos recebendo do Martin Weber, da Swis-sair. Trata-se de um trabalho fotográfico do mais alto valor, respaldado por uma pesquisa pormenorizada e útil. O assunto é meteorologia, e poucos trabalhos tenho visto possuindo tanto conteúdo.

ACÚCAR — Sérgio Ometto e Luiz Bertelli assinam os cumprimentos de Boas Festas, mostrando que a Usina da Barra alcançou, este ano, a meta de produção de 6,1 milhões de toneladas de cana de açúcar, que serão transformadas, respectivamente, em 5,1 milhões de sacas de 50kg de açúcar e 340 milhões de litros de álcool. É o recorde de produção no Brasil.

CARTEIS — A máfia dos cartéis nas concorrências públicas está na mira do "leão" e das administrações mais corretas. Recentemente, na Bahia, os transportadores marcaram o preço para transportar postes de São Paulo para Salvador, multiplicando por três o preço mínimo. Na questão de asfalto, as últimas concorrências do Brasil dão por volta de um milhão de dólares por quilômetro de estrada. E o mesmo preço dos Estados Unidos, com a diferença de que lá as estradas têm outras especificações, inclusive para suportar neve e sol latente.

DIZER — No pensamento de um político experiente e antigo no Brasil, a situação hoje está mais para 1929 do que para 1964. E que se a qualquer momento um tenente der o grito, o povo sai atrás.

ABREU SODRÉ — O nosso chanceler "pisou na bola", ao pedir ao seu colega israelense Shimon Peres a liberação de Lamia Hassan. Não cai bem o chanceler conversar com outro sobre assuntos internos, ainda mais fazendo pedidos. Israel tem o Poder Judiciário, e não caberia ao nosso País, a menos que fosse através de notificação oficial, fazer tal pedido. Essas coisas ficam mal para o entendimento entre nações.

VALOR — A promoção a embaixador de dona Thereza Maria Quintela é o reconhecimento ao seu trabalho profissional, dos mais competentes e dos mais sérios no Instituto Rio Branco. E, hoje, uma das figuras mais admiradas no Itamarati, pela sua postura funcional.

Senado terá em 88 auditoria para CPI

A partir do próximo ano o Senado terá uma auditoria especializada para fazer as investigações solicitadas pelas comissões parlamentares de inquérito e acompanhar, em caráter permanente, a execução dos programas do Governo.

Autor da proposta, frisa o senador Jutahy Magalhães que "todo o processo de legitimação passará pela capacidade do Legislativo em avaliar o caráter das políticas públicas e fiscalizar os mecanismos de apropriação orçamentária e execução financeira".

MODIFICAÇÕES

A criação da auditoria está sendo considerada fundamental para que as CPIs possam fazer as investigações necessárias. Até hoje quase todas as CPIs do Senado têm se limitado, praticamente, à tomada de depoimentos, o que prejudica o seu rendimento. O próprio senador Jutahy Magalhães considera que, devido a essa deficiência, as CPIs têm revelado "pouca versatilidade e falta de estrutura para levar as últimas consequências às suas atribuições, reduzindo sua eficácia".

Governador entende ameaça

Belo Horizonte — O governador Newton Cardoso disse ontem que a ameaça de abandonar o PMDB, feita por alguns de seus correligionários, classificados de "históricos", é uma medida compreensível, já que tem como principal objetivo a manutenção da identidade partidária. O governador de Minas assegurou que a formação do Centrão na Assembleia Nacional Constituinte não pode ser apontada como o fator de precipitação dos setores progressistas para fora do PMDB.

"A preocupação da área progressista é para que o partido não perca sua identidade por causa do Centrão", declamou.